

6

Sexto caderno

FOLHA DE S.PAULO

mais!

ilustrada + livros + ciência

Domingo, 6 de fevereiro de 1994 |

A AVENTURA DA FILOSOFIA PAULISTA

**Num dos lançamentos
mais aguardados
pelo meio acadêmico,
Paulo Arantes
analisa a formação
e discute o destino
do pensamento
uspiano**

ENSAIO

PÁG.

A Companhia das Letras lança "Menos que Um", coletânea de memórias e ensaios sobre literatura do escritor e poeta russo Joseph Brodsky, vencedor do Nobel (1987)

7

FIÇÃO

PÁG.

Leia resenha do livro "Os Sapatos de Orfeu", biografia do poeta Carlos Drummond de Andrade escrita por José Maria Cançado (Companhia das Letras)

8

CIÊNCIA

PÁG.

Por trás da falta de realismo no mundo dos desenhos animados há uma lógica própria, que pode ser comparada à existente nas leis que regem o mundo da física

14

QUEM É QUEM

João Cruz Costa - Um dos criadores do departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo...



O pioneiro Cruz Costa

Lívio Teixeira - Um dos pioneiros dos cursos de filosofia da Universidade de São Paulo...

Oswaldo Porchat - Fundador do Centro de Lógica, Filosofia e História da Ciência da Unicamp...



O francês Gérard Lebrun

Gérard Lebrun - Aluno e amigo de Michel Foucault, o francês Gérard Lebrun chegou ao Brasil em 1960...

PARA ONDE CAMINHA O

Paulo Arantes lança em março "Um Departamento Francês de Ultramar", uma reconstituição da

FERNANDO DE BARROS e SILVIA VINICIUS TORRES FREIRE Da Reportagem Loca

Como foi criada essa orquídea obscura e escondida, a filosofia brasileira ou — melhor e talvez a mesma coisa — uspiãna, e pôde se desenvolver e dar seus frutos, mas rigorosos, frutos? Em "Um Departamento Francês de Ultramar" (que será lançado em março pela editora Paz e Terra), Paulo Eduardo Arantes, 51, especialista em Hegel e professor de filosofia da Universidade de São Paulo, responde que foi preciso importar uma "estufa" velha de um século e meio, um conjunto de métodos e técnicas de estudo da história da filosofia, tal como é praticado na universidade francesa.

O método chegou à USP nos anos 30, com professores como Jean Maugué, mas só iria se cristalizar na década de 60, por obra dos primeiros quatro mestres formados pela tradição francesa — Bento Prado Jr., José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat e Ruy Fausto —, que ensinavam na rua Maria Antonia. A estufa afastou a filosofia franco-uspiãna da "realidade brasileira" e dos debates doutrinários disparatados, colocando-a na linha do aprendizado escolar rigoroso.

Este aprendizado criou um sistema de obras e público leitor qualificado — "os paulistas desejosos de ter uma filosofia", uma paráfrase conceitual emprestada à "Formação da Literatura Brasileira", de Antonio Candido. O livro de Arantes reconstitui as etapas dessa formação e tem como ponto de fuga a questão: o que se pode esperar da filosofia brasileira daqui em diante? No objeto de Antonio Candido, o resultado do "desejo dos brasileiros em ter uma literatura" foi Machado de Assis. Paulo Arantes, no entanto, ainda não sabe dizer para onde vai o "bonde da filosofia": "Não sou motorista", diz.

Folha - Mas você não está se precipitando? O livro ainda nem saiu.

Arantes - Conheço o meu time. Além do mais acontece que na forma de artigo ou fala ocasional o meu assunto vem pingando há uma década. Tempo suficiente para armar uma boa coleção de opiniões a respeito. Para vocês terem uma idéia, uma pequena amostra, começando pelo topo da hierarquia. Ficou logo estabelecido que eu seria o assim chamado "legítimo herdeiro" de João Cruz Costa. Nada a opor, com muita honra. Só que no meio, onde me creio, Cruz Costa quer dizer velhinho simpático, contador de piada meio debochado, sem a menor bossa ou apetite filosófico, nacionalista, historiador de coisa nenhuma, a saber, pensamento tupiniquim, como se dizia antigamente.

Confirmei o acerto do prognóstico anos depois, agravando ainda mais o caso, quando publiquei um livro sobre Antonio Candido e Roberto Schwarz ("O Sentimento da Dialética"): aí já não havia mais dúvida, juntando dialética (ou coisa que o valha) com matéria brasileira refratária à conceitualização filosófica, tornaram-se candidato a coisa pior, a Álvaro Vieira Pinto, o padroeiro do supracitado "atraso". Mas fosse qual fosse o modelo adotado, estava era perdendo tempo, devia voltar a estudar Kant, Aristóteles, e se possível Wittgenstein, se quisesse me atualizar um pouco.

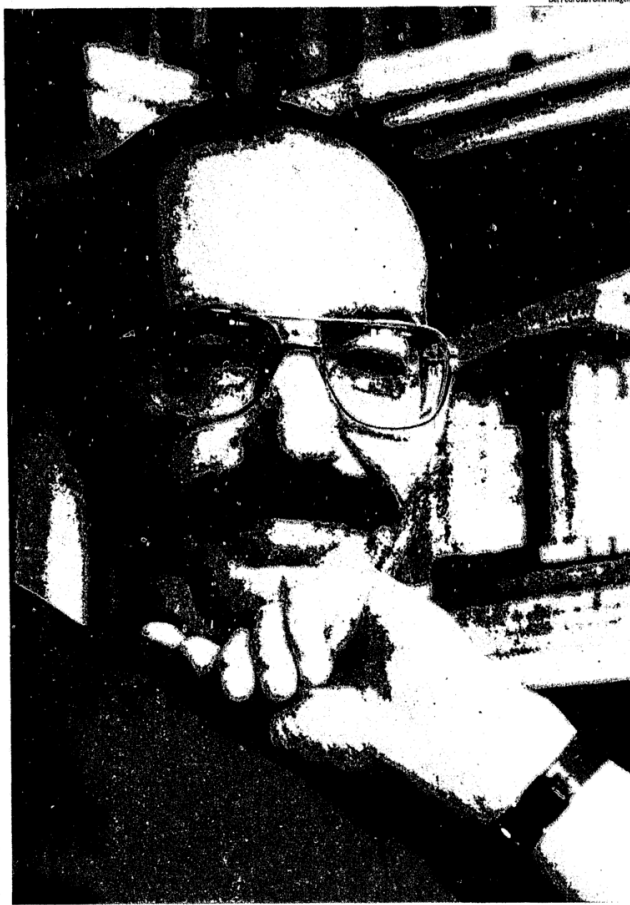
Uma história do departamento? Vá lá, mas que pelo menos respeitasse as verdadeiras dimensões do objeto. Mas como saber ao certo? Se o colega estava no momento indispósito com o dito departamento e seu passado suspeito, era mais uma vela para um mau defunto.

Com o livro, estou esperando que venha fogo cruzado

Acrece que estava idealizando, varrendo muita coisa para debaixo do tapete, apresentando aos mais jovens uma escolinha risonha e franca que nunca existira. E ainda por cima uma história externa, sem análise das obras, e mais, quando um ou outro fragmento de juízo crítico dava o ar de sua graça, não havia argumentação, só impressões. Quanto aos mais jovens, tanto uspiãnos quanto de outras denominações, parece que se chegou à seguinte conclusão: o Paulo já cumpria com a obrigação, fez direitinho o seu doutorado sobre tema do repertório clássico, tem agora o direito de se divertir.

Em suma, apostei-me precocemente, mas em compensação deveria ter tido uma boa vontade servindo uma dieta bem gorda de mexericos históricos. Alguns no entanto não se conformam com o desperdício (de minha parte não me canso de agradecer-lhes a homenagem póstuma), confiando na existência de uma mala filosófica mais substantiva debaixo de toda essa "pequena história" — o neopragmatismo, como já ouvi uma vez.

Folha - A que você atribui esse descontentamento? Arantes - Para começar, co-



O filósofo Paulo Arantes diz ter encontrado em Antonio Candido o modelo para seu livro

meti um pecado mortal, embora não tenha sido o único nem o primeiro, dando a entender que estava agora levando a sério filosofia brasileira. Vocês estão rindo, mas havia motivos históricos para a interdição. Vejamos o caso da literatura, onde a tradicional preferência dada aos temas brasileiros, para estudo ou inspiração, sempre teve conotação progressista. Com a filosofia deu-se exatamente o contrário. Como nasceu em São Paulo na condição de especialista de universitária, o sentimento opionista era reforçado pela mais estrita fidelidade à norma europeia, amplamente confirmada pela evidência municipal.

Nossos rivais eram a prova caricata de que só mesmo a direita, por indolência e vezo apologetico, congênito, tomava ao pé da letra os Farias Brito e consortes. Por isso, Cruz Costa conseguia exasperar todo mundo; era universitário e no entanto convidava os futuros filósofos a seguirem o exemplo de Euclides da Cunha, era de esquerda, mas apreciava os argumentos antimetafísicos de um procer local como Clóvis Beviláqua e, para completar, juntava-se ao padre Leonel França na caçada dos filósofos nacionais.

Não é bem este o meu caso. Não

estou recomendando aos alunos o estudo da obra do dr. Pereira Barreto, mas que prestem a devida atenção nos ditos e feitos de José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat, Bento Prado Jr., Ruy Fausto etc. A ser assim, devia ficar mesmo incômodo manter o tabu acerca do assunto nacional. E quebrá-lo era correr o risco de más companhias. Desconecto agravado pela minha antiga condição de profissional aplicado. Tivesse estreado filosofando sobre Canudos ou a Antropofagia, a conversa seria outra e possivelmente não estaria aqui para contar a história.

Para concluir este ponto: a enorme importância dos meus maiores não se encontra exatamente no lugar onde eles sempre imaginaram que ela estivesse — por exemplo, nas altas paragens do pensamento, onde aliás evoluíram todos com natural desenvoltura, sem nada ficar devendo ao similar importado. Ora, não é que vem uma cria da casa anunciar — eu —, entre outras ninharias, que passaria à história (isto é garantido) porque soberaram em boa hora favorecer a formação de uma rotina? Assim, onde se esperava com toda justiça farta distribuição de medalhas, há apenas a reconstituição mílida de um processo objetivo impulsionado por

uma boa dose de auto-enganço, a que se deve entretanto o primeiro momento orgânico de evolução filosófica no Brasil.

Folha - Até agora você deu apenas indicações de que o livro não é. Qual o sentido da palavra "formação" que figura no subtítulo? É uma referência conceitual à "Formação da Literatura Brasileira", de Antonio Candido?

Arantes - Sem dúvida, aliás um segredo de polichinelho. Em nenhum momento deixo de aludir ao fato (deveria até ter sido mais discreto, como seria do gosto do pai da idéia) de que o meu esqueminha está inteiramente apoiado na idéia de "formação" que Antonio Candido, encerrando um ciclo de ensaios clássicos de interpretação do Brasil, desenvolveu para o caso particular da literatura brasileira. Ele revirou de alto a baixo a interpretação do nosso passado literário, representado como o vir-ser de uma constelação de obras, autor e público — um campo histórico de influências artísticas entrecruzadas — que na sua trajetória ia aos poucos convertendo surtos desgarrados em vida literária efetiva. Ora, se observarmos bem, vemos que estava ali, nessa apropriação crítica e muito refletida da

idéia de formação pelo raciocínio literário, a chave da compreensão da evolução de conjunto da cultura brasileira.

Se percorrermos um a um os principais componentes de nosso sistema cultural — e por sistema devemos entender justamente aquele nexo orgânico de produção e recepção coletiva que Antonio Candido definiu por oposição às manifestações avulsas do talento individual — do teatro às artes plásticas, passando pela música, pelo cinema, pela arquitetura, verificaremos, com uma surpresa regularidade, que onde os surtos inconclusivos foram a regra, anulando muito esforço intelectual acumulado, o ciclo formativo excepcionalmente completado passa a ser o prenúncio da dependência ultrapassada, graças ao surgimento de uma causalidade interna acelerando o processo de maturação do referido sistema cultural, momento em que o inevitável influxo externo passa a ser incorporado com a devida sociedade.

Estava armado o esquema de que eu precisava, o ponto de vista que tornava enfim visível o meu assunto, o lugar ocupado pela filosofia na formação e funcionamento do sistema cultural brasileiro — como era de fato muito lateral, ficava mesmo difícil enxergar alguma coisa. Em primeiro lugar, passava a dispor, para efeito de confronto histórico e consequente apreciação crítica, de um termo de comparação privilegiado, o foco original do sistema cultural em questão, a literatura, estudada pelo mesmo Antonio Candido na sua função de princípio organizativo central de revelação e sondagem da experiência brasileira.

Em seguida, podia afinal compreender o infortúnio de Cruz Costa, que não se devia apenas à má sorte de lidar com um material de segunda. Por mais que procurasse cotejar, para a seguir avaliar e discernir uma fisionomia mental que melhor nos exprimisse, a evolução histórica nacional e o correspondente desenvolvimento da filosofia no Brasil, ficava sentada a mesma, sempre às voltas com alguma fantasia sem proveito: é que o desejável desenvolvimento da filosofia no Brasil, dos primeiros leitores de Victor Cousin à filosofia da vida de uma Graça Aranha, era pura e simples fantasia senão ficava a qual Machado de Assis fez justiça no capítulo do Humanismo e demais elucubrações conexas), ruminando de devoradores de livros abstrustos correndo por uma pista inexistente.

A única acumulação que havia era de disparates (falsas nem sempre inocentes, pois ornamentavam às vezes muito logo bruto). No lado da experiência literária, a natureza específica da configuração artística da realidade assegurava à sucessão das obras um mínimo de continuidade social. Na filosofia, que não era representação (3 qual Machado de Assis fez justiça no capítulo do Humanismo e demais elucubrações conexas), ruminando de devoradores de livros abstrustos correndo por uma pista inexistente.

O fato é que a cultura filosófica, para funcionar, tem que viver no circuito fechado de uma instituição especializada, a cadeira de filosofia regida por um professor europeu na recém-fundada Universidade de São Paulo era justamente a estufa de que tanto carecíamos. Deus-se então um disparate a que devemos nosso ganha-pão. A formação que cultura filosófica nossoas cogitações filosóficas levavam vida pública, porém arrevesada, subitamente engrenou graças a um transplante organizado: o de um conjunto de métodos e técnicas intelectuais cristalizadas na tradicionalíssima cultura filosófica universitária francesa.

QUEM É QUEM

Bento Prado Jr. - Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo, é professor da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo. Profundo conhecedor da obra do filósofo francês Bergson, procura articular em seus trabalhos diferentes áreas de reflexão, como literatura, a religião e a psicanálise. É autor, entre outros, de "Presença e Campo Transcendental - Consciência e Negatividade da Filosofia de Bergson" (sua tese de doutoramento). O interesse pela literatura confere-lhe status original no meio filosófico uspiano, como nota Paulo Arantes em seu novo livro (leia texto a pág. 6-6).



Ruy Fausto, que está atualmente na Universidade de Paris

Ruy Fausto - Voltado para a discussão filosófica de Karl Marx, é autor de "Marx: Lógica e Política", base de sua tese de mestrado, defendida na Universidade de Paris I. Com erudição e engenho, o livro reúne ensaios que oferecem uma análise crítica sobre os tópicos fundamentais da filosofia marxista. Aos dois volumes iniciais do trabalho (que prevê originalmente um total de cinco tomos), o filósofo pretende acrescentar em breve um terceiro, que está em fase de conclusão. Professor do departamento de Filosofia da USP, ele atualmente dá aulas na Universidade de Paris 8.



José Arthur Giannotti

José Arthur Giannotti - Membro do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), o qual presidiu por seis anos, professor do departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, aposentado compulsoriamente em 1969, é uma das mais expressivas figuras no pensamento filosófico brasileiro. Mestre e pensador rigoroso, Giannotti é autor, entre outros, de "Trabalho e Reflexão", "Origens da Dialética do Trabalho" (sua tese de doutorado, defendida em 65, traduzida para o francês), "Universidade em Tempo de Barbárie", "Exercícios Filosóficos" e "Filosofia Múida".

BONDE DA FILOSOFIA?

formação da filosofia uspiana que desde já está causando polêmica entre intelectuais brasileiros

Folha - Segundo consta, "Um Departamento Francês de Ultramar" é uma citação de Michel Foucault acerca dos seus colegas brasileiros da rua Maria Antônia —mas não havia aí uma óvia ironia?

Arantes - Trata-se de fato de uma tirada atribuída a Foucault quando passou por aqui em 65 e fomos apresentados à Ideologia Francesa em pessoa, para surpresa nossa, filha natural do dia-a-dia das certezas de empréstimo de que sempre vivíamos. Todo mundo costumava citar com legítima satisfação uma observação de Goldschmidt, segundo a qual já éramos de fato um departamento de Filosofia tão bom quanto qualquer outro similar francês de província; ainda estávamos esperando a promoção para Paris quando Foucault completou a deixa, por certo elogiando, mas com leve intenção espiã, pois Departamento de Ultramar também poderia ser alguma ilha do Caribe, e nós sabíamos muito bem (mas ele não) que por lá andava a existencialista Chiquita Bacana.

O título pelo menos pretende sugerir igualmente o conteúdo do que parece anunciar numa muito provável e desfrutável colônia de aristocratas do nada, como diria Paulo Emílio, de fato estava se dando um caso singular de dependência cultural bem sucedida. O livro é assim um estudo desse caso preciso, e dada a natureza do enxerto, um estudo de história intelectual comparada, pois a decantação na filial confere um direito inesperado e muito específico de opinar sobre as mazelas da matriz. A graça involuntária do trocadilho de Foucault estava na sua cegueira para o fato novo: nossa colonização estava aos poucos nos desprovincianizando, e mais, o cotejo entre metrópole e periferia, em princípio desfavorável a esta última, poderia no limite implicar uma certa desqualificação das duas.

Folha - No subtítulo, você se refere à formação filosófica uspiana como "uma experiência nos anos 60". Deu certo? A formação se completou? Vamos ter um Machado de Assis na filosofia brasileira?

Arantes - Tentarei me explicar por um desvio. Achei que o primeiro estudo do livro poderia servir de prefácio —mas não a uma filosofia, como seria do meu dever, lembraria Porchat. Nele relato em primeira pessoa (com as ressalvas de praxe) justamente uma experiência de formação nos 60, porém na acepção mais trivial e neutra das duas palavras. Se eu fosse um paieta (nunca se sabe), tentaria sugerir ao leitor que o figurante aqui presente daquelas peculiaridades culturais tinha um pouco de Wilhelm Meister e outro tanto de Joaquim Nabuco, ou seja, de Gilberto Amado no Recife. Nem sombra portanto de romance alemão de educação estrelado por algum futuro medalhão brasileiro.

Mas se não a tomarmos nos pé da letra, essa lembrança estapafúrdia pode ajudar a compreender um par de coisas. Acontece que o comparativo menor que tomou o bonde andando na exata metade dos anos 60 era mesmo um tipo bisonho, que mal discernia o que lhe ia acontecendo à volta, na sala de aula, na cultura da cidade e na marcha batida da conjuntura nacional; mas ao contrário do desfecho clássico não o reencontraremos desasnado e

clarividente ao fim do périplo; longe disso, o relato se encerra na virada da década e nosso conjuvante, passada a revelação inaugural, nunca esteve tão enganado a respeito de si mesmo como naquele momento, exatamente outubro de 1969, maduro para cumprir o preceito do doutorado na Europa.

Mas não é esta a perspectiva do leitor, a única que importa: se não for presumir demais, ele verá que às costas do protagonista de uma história banal de aprendizado intelectual alguma coisa se encadeou, engrenando os mais disparatados e remotos ingredientes (do modernismo paulista às técnicas francesas de costurar textos filosóficos), onde antes havia apenas curiosidades sem futuro, uma tradição de interesse local se articulou, tutelando, para bem e para mal, porém com a força pouco convencional de uma configuração histórica à qual se deve satisfazer, as manias do talento individual, posto doravante no seu devido lugar; numa palavra, agora sim, na sua acepção mais enfática e especificamente brasileira, verá (assim espero) que um verdadeiro processo de formação se completou.

Assim, a "formação" a que alude o subtítulo refere-se justamente ao complexo de acertos e desacertos dessa aclimação em recinto fechado. Restringi-me porém ao epílogo. Dedicou um estudo à pedra fundamental lançada por Jean Magueu na virada dos anos 30 para os 40, mas salto ao conteúdo para a década de 60, e fico por aí mesmo. É de fato a tal formação, embora viesse germinando desde então —com a rotina francesa assegurada por Lívio Teixeira na his-

O desejo dos paulistas de vir a ter uma filosofia realizou-se

tória da filosofia, Gilles-Gaston Granger na epistemologia, o jovem Giannotti na lógica e filosofia Geral (era a rubrica do tempo) —de fato se precipitou e só se completou mesmo nos anos 60, aliás fortemente impulsionada por outro professor francês, Gérard Lebrun, que chegou em novembro de 1960 para ficar até meados de 66. Pois foi naquela década acelerada e crucial que o estilo franco-uspiano de mexer com filosofia se firmou.

Aliás também dá ideia de arrebatamento conclusivo de um ciclo formativo a rápida sucessão das teses, o Marx de Giannotti, o Bergson de Bento Prado, o Aristóteles do Porchat —mesmo os volumes sobre Marx que Ruy Fausto vem publicando, no essencial foram todos concebidos naquele momento decisivo.

Folha - Deu certo então?

Arantes - Sem dúvida, sobretudo se verificarmos que o desejo dos paulistas de ter uma filosofia finalmente realizou-se. O problema recombina se observarmos que essa aspiração, ao ficar para trás na sua satisfação mesma, é algo que precisa ser visto com a simpatia devida a uma realização impressionante e



Paulo Arantes escreve em seu escritório, em sua casa no bairro de Pinheiros, São Paulo

vulnerável —enfim, o nosso desejo já não é mais esse. Não me perguntem qual é, para onde vai o bonde da filosofia, não sou motorista, mas como a coisa do certo também, posso apenas constatar que ele vai na mesma direção dos demais bodes estrangeiros de primeira linha, o circuito já é mesmo.

Um Machado filosófico? Ainda que fosse o caso, não seria louco de me indispôr com os outros três. Entendo a analogia em que se baseia a pergunta; suponhamos que seja correta: neste caso diria que disponho mais de quatro machadinhos mas de algo mais significativo, de um Machado por assim dizer coletivo, imune à antiga veleidade do pensamento filosófico original como penhor de maioridade.

Folha - Admitamos que a formação da filosofia brasileira, na sua variante franco-uspiana e nos termos e datas em que você a especificou, finalmente se completou. E agora, o que fazer?

Arantes - Se eu tivesse o tope de um modernista dos bons tempos dos manifestos a três por dois, talvez saísse por aí deitando falação no seguinte te-

or: está inventada a filosofia no Brasil. Porém com um problema, e não como resolução de antigos complexos nacionais. Não se trata em absoluto de uma pacificação, da carreira enfim aberta ao talento especulativo que finalmente se profissionalizou graças ao paradoxal efeito desprovincianizante do enclave colonial.

Volto ao ponto, se não for demais insistir: trata-se a meu ver da constituição de um conjunto a um tempo estreito e denso de obras, fórmulas e manias, de genealogia própria e alheia, queira ou não gravitando na órbita de um sistema cultural que por sua vez lhe pedte contos em nome de um quadro local de contradições, constelação que ao se formar acrescenta ao antigo sentimento de irrelevância uma outra sensação de que a sonagem do primeiro poderá saber pôr as coisas no seu devido lugar. A meu ver, este o resultado novo. Isso posto, gostaria de lembrar que a dita invenção da filosofia brasileira representa sobretudo a constituição de um ponto de vista que até então não estava disponível, ponto de vista de dois

gumes, conjugados como a famoso nexo do nacional e mundial que teria articulado a linha evolutiva de nossa experiência intelectual. Desnecessário frisar, um ponto de vista crítico.

Estou querendo dizer com isto que a crítica de filosofia no Brasil poderá enfim tomar pé, apoiada na mobilização de elementos os mais variados, até então invisíveis. Trocando em miúdos: não se pode mais no Brasil, sob pena de retrocesso, simplesmente abrir um livro de filosofia de autor nacional e principiar a argumentar à queima-roupa, como nos tempos dos "tête-à-tête" de gigantes, ou mais recentemente, quando escrevamos como se nossos leitores fossem europeus e como se páirássemos acima do meio acanhado com o qual, era óbvio, como todo mundo sabe, nada tínhamos a ver, embora ainda o dito meio teime em nos pôr chumbo nas asas.

Folha - Você não poderia dar alguns exemplos dessa crítica filosófica?

Arantes - Já que vocês estão insistindo e como já fiz a experiência divertida de passar por marcial, dou exemplos pessoais. Vocês

já devem ter percebido que no corpo do livro o pequeno estudo sobre o Porchat discrepa do conjunto pois não se trata de uma reconstituição como as demais, mas de uma apreciação crítica sobre a atualidade de um corpo doutrinário já constituído, aliás durante 25 anos de meditação sobre um conjunto de temas clássicos. Como entender um projeto neo-pirônico para a vida mental brasileira? Com base nos azarres históricos da conformação de uma personalidade filosófica em nosso meio, um outro tanto de observações sobre o teor específico de um argumento que sem querer converge com os ares ideológicos do tempo, procurei acompanhar o curto-circuito entre os pólos da equação armada pelo autor. Seria demais por enquanto pedir compreensão. Outra vantagem do ponto de vista da formação, desta vez do ângulo mais ostensivo de uma história intelectual. O que faria um profissional que conhece seu ofício, se convidado para apresentar uma comunicação em colóquio, digamos, sobre filosofia e literatura? Sem dúvida iria diretamente ao ponto, enfrentando, por exemplo, a atualidade bibliográfica de um contencioso para o qual os americanos, depois da invasão francesa e seu complemento alemão, criaram uma rubrica de mesa de congresso: "Philosophy as/and/of literature" (ignoro se já vendem em drugstore os respectivos formulários de múltipla escolha).

Na mesma honrosa contingência, só que em São Paulo (o que não mudaria muito, pois afinal também se trata de um centro mundial de excelência), achei que já não era mais descabido tomar o mesmíssimo problema pelo seu elo local (nem de longe o mais fraco), isto é: graças justamente à presença francesa que se sabe na formação da filosofia uspiana, acompanhando os passos correspondentes de Bento Prado Jr. nos anos 60, alcançar enfim o miolo vulnerável da Ideologia francesa da literatura, dela retornar à sonagem da experiência brasileira por parte de nossa melhor crítica literária, para então apreciar a gravitação de conjunto desta constelação, que tanto apanha localismos brasileiros como a atual coreografia da imensa província franco-americana.

O mesmo para o capítulo brasileiro do marxismo filosófico, cujas origens paulistas procurei identificar em pormenor nas intervenções de Giannotti e Ruy Fausto nos anos 60. Ora, se quiser estudar o desconcerto do pós-marxismo no âmbito da atual lógica cultural da globalização capitalista desintegradora, que os grandes pontífices da Teoria devem tratar-se de mais uma mudança de paradigma, creio que um brasileiro, conhecedor do único ponto de apoio de que dispõe para observar o sistema que o está inviabilizando, deveria reair, por exemplo, os escritos de Giannotti dos últimos anos, quando o capitalismo desgovernado, desmesurado (sem medida?) atropelou-lhe a obra ontológica em andamento (uma verdadeira falta de consideração), jogando-o nos braços de outro paradigma (uma sorte). E já que ando vendo fantasmagoras como filosofia brasileira, estou mesmo condenado a estudar meu amigo e professor José Arthur Giannotti. Agora, quanto a saber se é por aí que vai o bonde da filosofia, são outros quinhentos.

“A musa do departamento”

Leia a seguir parte do ensaio inédito que Paulo Arantes dedica a Bento Prado Jr. em seu livro

PAULO ARANTES

Em meados dos anos 60, Bento Prado Jr. era uma ilha de literatura cercada de filosofia por todos os lados. Pelo menos assim o viam seus mais próximos companheiros de geração. E para aumentar o desconcerto é preciso lembrar que fora aluno aplicado e convicto de alguns deles. Não é que lhe faltasse o indispensável apetite profissional pelos problemas técnicos; muito ao contrário, cumpria à risca os mandamentos do modesto porém eficiente figurino universitário francês que naquela mesma década acabara finalmente por se firmar, disciplinando a flutuante curiosidade filosófica local. E no entanto havia a pedra literária no caminho. Afé paradoxo: como entender esta recada (e logo veremos porque chamá-la assim) num ambiente onde não se costumava brincar em serviço? É verdade que consumir literatura, bem ou mal todos consumiam, mas como parte do equipamento cultural de todo homem civilizado, porém coisa à parte do mundo dos negócios filosóficos — e no caso de vida literária pessoal (podia acontecer), ela não deveria ter existência filosófica pública. Ora, veremos que Bento armara um sistema particular de vasos comunicantes entre estes dois compartimentos. É bom insistir: não se poderia dizer que nosso Autor não tratava com a devida seriedade a causa da filosofia; até demais, pois depositava a mais irrestrita confiança na força reveladora da palavra filosófica. Só que era frequente acrescentar-lhe um suplemento indefinido — um arabesco em torno do elemento essencial, como diria o Poeta —, atribuído pelos colegas a uma espécie de vezo estetizante congênito, com o qual não era de modo algum desagradável conviver, sobretudo nas horas de folga, mas que no final das contas seria melhor confinar.

Uma estréia na vida filosófico-literária

Bento não estreou com o tradicional livrinho de versos (embora fosse um bissexto razoavelmente assíduo), nem tomou o atalho equivocado da Faculdade de Direito, como faziam muitas vocações filosóficas na esperança de confundir a família. Foi direto ao ponto, mas pelo caminho enfiado da vida literária. Ao prestar exame vestibular na velha escola da rua Maria Antonia já sabia o que queria. Por certo uma reforma do ensino, porém meia-sola: a filosofia em tanto apagada mas sem embromação dos professores franceses, sem precisar todavia renunciar inteiramente ao vezo literário predominante na boêmia intelectual a que devia sua iniciação — Bento fora o benjamim de uma geração de filósofos literários cuja base de operações, em meados dos anos 50, era a Biblioteca Municipal. Assim, nosso jovem Autor tomava com naturalidade o caminho da tradição: como lembrado, em terra de verbo literário inflacionado não havia mesmo outra forma de expressão tão válida na pesquisa da sensibilidade intelectual.

Mas agora já não estava mais em jogo a descoberta e exploração da experiência nacional. Mesmo assim, tratava-se da invenção da vida do espírito. Para tanto, Bento foi compondo uma paisagem particular, onde figuravam lado a lado poetas e filósofos, reunidos sob o signo da negatividade, já que a intenção era radical — entre o espírito, que é negação e transcendência, e o mundo, cujo curso é sempre filistino, não poderia haver “juste milieu”. A formação poderia não ser exatamente esta, mas aquela altura não havia nada que Bento não passasse pelo crivo sartreano, que de doutrina particular já passara à condição de senso comum adaptado para uso pessoal. Na ala dos pensadores, Sartre ocupava portanto o lugar central, evidentemente acompanhado pelos demais fenomenólogos e filósofos da existência. Quanto ao ramo literário da aquela árvore de patronos, desnecessário dizer que reinava Drummond, mas o da fase classificante e sobredada das “tentativas de explicação e de interpretação do estado do mundo”, seguido de Fernando Pessoa e Rilke, aos quais logo se juntaria o Eliot dos “Quartetos”. Como é fácil de ver, de

preferência poetas nos quais era forte a musa filosófica. Do lado da prosa de ficção, a mesma inclinação faria a ronda dos romances ditos existencialistas. Tudo isso alimentado por uma devoção nunca desmentida por Pascal, mas esta trazida de casa.

As manifestações da mitologia particular encimada por tal panetão, por mais que variassem, apresentavam um inconfundível ar de família. A mesma negação do mundo, como recomendava Sartre, ou fome de absoluto, como só a boêmia transcendental sabia despertar, podia tanto aproximar o futuro uspiano dos cinamomos de Alphonse Guimaraes, quanto nortear-lhe o juízo político pela Guerra Civil Espanhola, não o fato (que também o entediava) mas o mito refundido por Malraux, Hemingway e Rossif.

A tônica recafia portanto sobre as

elevada, de poemas e iluminações filosóficas. Esse o primeiro laboratório no qual Bento Prado Jr. começou a filosofar sobre literatura.

Devolver à linguagem sua condição de sujeito

Mais ou menos dois anos depois da revelação de que Foucault, de viva voz, anunciara que a literatura era a tarefa máxima do pensamento no limiar de um novo tempo, Bento ariscaria uma interpretação de Guimarães Rosa. Aqui já não era mais possível duvidar, estávamos em plena literatura, e justamente na acepção enfática que lhe dera o último surto do modernismo francês (1).

Aproveitaria igualmente a ocasião daquela contra-prova para em primeiro acerto com Roberto Sch-

warz, dando a entender que no mencionado contraponto entre o homem da cidade e a alma rústica do sertanejo a balança penderia para o lado das luzes e do progresso — diabo mesmo não há, o que existe é “homem humano”. Enfim, uma espécie de M. Homais que teria lido o jovem Marx.

O fato é que Bento precisava inventar esta equação para melhor inverter-se os termos. Não é verdade que a última palavra caiba à Aufklärung, em particular ao cidadão, letrado, tipo razoável etc., enquanto o iletrado homem do sertão, vivendo no deus-dará, se debateria nas “trevas do não saber”, incapaz de decifrar o sentido da própria existência. Justamente o contrário. De resto uma repartição menos sociológica do que metafísica: de um lado, o calmo universo filisteo das representações, do entendimento, das essências estáveis,

ra o absoluto, não se acanha de, pela encásmia vez depois de Mallarmé e Cia., mais a legião de filósofos e linguistas, apoiar-se no lugar comum que à função utilitária da linguagem, ajustada à apreensão do mundo objetivo, contrapõe a plenitude solitária da palavra poética, no limite, “símbolo dela mesma”.

As coisas entretanto não ficam por aí. Uma vez identificado o estatuto lírico da palavra, compreende-se porque insistia na presença tática do interlocutor, sem a qual o passado de Riobaldo não seria mais do que simples aventura, sem força de exemplo. Existindo o diálogo, fica pressuposto o espaço social com suas relações objetivas por meio da língua falada; o experimento estético que o lirismo deste fluxo oral propicia exige portanto a consciência desperta pela construção: enfim, uma espécie de

lhor “auscultar as próprias entranhas” — como era de se esperar, reflexão na qual somos convidados a reconhecer a marca original da literatura, sobre cujo nascimento e destino medita o “grand parler” sartreano.

Não custa imaginar uma réplica. Roberto observaria que arrastado pelo jorro verborrágico e sua incomparável qualidade poética, e além do mais interessado em resguardar-lhe a autonomia, Bento acabou avançando o sinal rumo ao feiticismo do sujeito autônomo (como Marx designava o capital, planando acima de seus portadores). Não há dúvida, acrescentaria, que num lirismo tão forte como o de Guimarães o sujeito de tal modo se abandona à linguagem que esta última parece ter voz própria, tão completamente nestes momentos de teor resolutivo a manifestação reversibilidade de sujeito e objeto, entre o próprio e o alheio; a esta altura, evocar a condição de Sujeito da linguagem, insistindo no exclusivo da minúscula, é relegar a reconciliação que a tornou possível e, por aí, reintroduzir a reificação manipulatória de cuja prisão queria se evadir.

Quis a evolução desigual da cultura contemporânea que o ser bruto da linguagem entronizado pelo neo-modernismo francês fosse redescoberto em estado natural no fundo arcaico da alma rústica brasileira. Assim como Foucault pedia estranhamente à purza da literatura auto-referida consolo para a marcha desencantada do mundo, Bento procura na sociedade tradicional do sertão o derradeiro refúgio para a transcendência literária (aqui enfim o “nicho do bicho alado”), evidentemente sem dar a menor atenção ao paradoxo da condição ultramoderna dos procedimentos artísticos de Guimarães, que no entanto sabe muito fazer render: por exemplo, rastrear na alma de um caboclo o psiquismo prolixo de um paciente de Lacan etc.

A salvação literária imaginada pelo filósofo depende inteiramente dessa dimensão “up to date” do analfabeto rosiano. Foucault e cia. seriam um total despropósito enquadrando a leitura de um romance regionalista em que as cogitações do homem no sertão seguissem seu curso habitual. Estudando anos depois a afinidade entre atraso social relativo e formas avançadas de autocrítica da cultura burguesa na obra de Machado de Assis, Roberto lembraria algumas das razões do acordo inesperado entre a estética modernista europeia e o primitivismo do nosso cotidiano: “É natural que a autocrítica da ordem burguesa se faça, no menos em parte, em nome das energias que ela pulverizou. Acontece que, em países da periferia capitalista, estas energias ainda se encontram soltas na rua, o que na corrida internacional pode ser um atraso, mas permitem as confluências que procuramos sugerir” (2).

É o caso da invenção linguística de Guimarães — continua —, que deve o seu nervo, do lado internacional, ao construtivismo da arte moderna e, no plano local, à fala peculiar de uma região de iletrados que é tradição pura. Graças à reversibilidade desse duplo registro — impregnação metafísica da notação linguística com o descentramento do momento construtivo — Bento podia trazer sem muito arbítrio para o moínho da Ideologia Francesa a conveniência muito lisonjeira (era enfim a esperada atitude filosófica de nossa inteligência literária que se consolidava) da condição sertaneja com o descentramento vanguardista.

E se o balanço entre esses dois pólos também redundasse em de-saturação mútua? Bento deve ter desconfiado, o fluxo heraclítico dos contrários, por exemplo, deveria sair bem arranhado daquele mundo de reis e coronéis. Por isso não se deixou arrastar pela glosa filossante de conteúdo, a consciência profissional advertiu-o em tempo, impedindo que caísse na armadilha do range-ride Riobaldo e o seu gosto tardio de especular ideia. Foi posto na teste genérica sobre a essência reflexiva da literatura. Mas esta genérica não modernista não se apresentaria sem o desrespeito localista apontado.

NOTAS

- 1) Cf. Bento Prado Jr., “O Destino Decidido”, Alguns Ensaio, São Paulo, Max Limonad, 1985.
- 2) Cf. Roberto Schwarz, “Grande Sertão: a face”, A Sereia e o Desconfiado, Rio de Janeiro, Cullivção Brasileira, 1965 (2ª ed., Rio de Janeiro, Pica e Terra, 1981).
- 3) Roberto Schwarz, Ao vencedor as batatas, São Paulo, Duas Cidades, 1977, pp.166-167, n.º 113.



Em sua casa, o filósofo Bento Prado Jr., um dos nomes do pensamento uspiano que manteve vivo interesse pela literatura

Bento não tomou o atalho da Faculdade de Direito, como faziam muitas vocações filosóficas na esperança de confundir a família

sondagens em profundidade, sobre situações limite cujo desafogo envolvesse algum tipo de ascensão a uma esfera espiritual de problematização máxima. Nesta, a confirmação poderia vir tanto de um filossoteia sobre alguma modalidade de mal-estar-no-mundo, como de um verso lavrado com a ciência sempre admirada dos parnasianos. Aliás admiração confessada até hoje, como a queda também declarada pela versalhada quilométrica de Vicente Celestino, Cândido das Neves, Catulo da Paixão Cearense etc. — e isto uma década antes da reviravolta “snob” dos tropicalistas. Note-se que era muito pequena a dose de artifício nesse “itinerarium mentis”. Na matriz como na filial existencialismo e boêmia andavam muito bem juntos, aliás com uma diferença a nosso favor: os parnasianos, ao montar o cenário exigido pela nova sensibilidade, precisaram importar acessórios americanos, jazz, film noir, whiskey americanos do deep south, perky consumido em escala industrial, etc.; quanto a nós, bastava entrar na rica tradição local, onde havia para todos os gostos, da fronda abolicionista ao abstinente simbolista. Bento não tardou a encontrar o fio que melhor lhe convinha e aí instalou o seu reduto, o “nicho do bicho alado”, como escreveria mais tarde. Sua operação: converter o estado de poesia despertado pelo fervor noturno num equivalente estado de filosofia, e vice-versa. O resultado não deixava de ser singular. Em lugar do costumeiro barateamento dos gêneros e noções — principal arma da subversão boêmia contra o partido da ordem —, algo como uma liga mais apurada, puxando para a dicção

warz, em pauta um estudo de 1960 sobre a fala no “Grande Sertão” (2). Nele foi buscar a deixa de que precisava, acrescida da demonstração suplementar (como se ainda fosse preciso) de que o crítico era antes de tudo um incurável sociólogo, tão perspicaz quanto insensível à arte literária. Roberto havia observado que o interlocutor de Riobaldo usa óculos, toma notas e aparenta ser homem instruído. Com isto ficava estabelecido o contexto geral do homem: “O jagunço, em face do romance da cidade, passa em revista o seu passado, seu mundo, suas crenças. Esta revisão é a essência do livro” (3).

É o quanto basta para Bento concluir: está claro que aos olhos muito míopes de um crítico realista, demasiado explicativo e doublé de sociólogo, tudo se passa como se a relação real entre o romancista e os vaqueiros de Minas se reproduzisse no interior do próprio texto ficcional. Situação irônica em que o moderno viria em socorro do tradicional. Isto não é tudo. Juntamente com essa redução da constituinte, Roberto teria cometido um segundo pecado sociológico-

a falsa sabedoria sedimentada na monstrosidade dos dicionários etc.; do outro, a sondagem em profundidade de um Logos originário, a terra natal das questões cruciais (o que é o que é?), muita perplexidade genuína e a descoberta de que nossa existência é uma trama de frases. (Numa palavra, confrontando a inépcia palmar do Aufklärung, a sabedoria lírica de um pré-socrático — e tudo isso em Minas, mesmo que suas verdades representem o mundo).

Por isso interessava centrar o argumento na oposição entre letrado e iletrado, resolvendo-o em favor deste último. Com ele a questão da linguagem voltava no primeiro plano, mas por um outro ângulo que não o mais evidente da experimentação linguística em Guimarães. O mais curioso sob esse aspecto é que Bento — presumo que sem se dar conta — convergia com uma observação do próprio Roberto, dando-lhe é certo outra destinação. Pois o crítico, interessado em salientar a impregnação lírica da fala de Riobaldo, em cujo curso e sintaxe, a palavra, liberta de conexões gramaticais secundárias, tende pa-

vanguardismo da formulação às claras, justamente na presença de um interlocutor. Nenhuma voz é possuída por um mecanismo que a precede e lhe dita o rumo, e no entanto a plenitude do vocábulo parece não ter limites.

O vanguardismo oposto (de entorpecimento) do lirismo em questão no livro reverte apenas a dimensão reflexiva da auto-referência. Não espanta então que Bento queira eliminar a figura prosaica do interlocutor. Mas verifiquemos antes que nosso filósofo — a propósito daquela distinção clássica nas funções da linguagem — reservará justamente à cultura urbana do letrado a tarefa espírita de domesticar a linguagem enquanto instrumento de comunicação e objetivação do universo, ao passo que o iletrado, por não saber lidar com a norma culta, em vez de manipular palavras inertes, por assim dizer fixa residência nelas (como o “Ser heideggeriano”) devolvendo-as à sua vocação mais primitiva de valor e horizonte. O recalçado e esquecido na cidade, é rememorado e restaurado no sertão (um pouco como Heidegger trazia a autenticidade ontológica para a província), que só equivale ao mundo por ser o lugar natural da “palavra pensante”.

A ser assim, a fala aparentemente dialógica é mera finta autoral. A longa interrogação rosiana não se endereça a ninguém, menos ainda ao intelecto formal do homem da cidade, na verdade, restituindo à linguagem sua condição de sujeito. Sem amarras exteriores, a prosa de Guimarães se volta interrogativamente sobre si mesma, nela a linguagem se contorce a fim de me-